

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020

(MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 12

Assistência Técnica

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

AT.1 Assistência Técnica - FEDER

OBJETIVO ESPECÍFICO

AT.1 Assegurar as condições necessárias e adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

121. Preparação, execução, acompanhamento e inspeção

122. Avaliação e estudos

123. Informação e comunicação

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

77. Assistência Técnica

ACÇÃO

Assistência Técnica - Autoridade de Gestão

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MADEIRA 14-20

Portaria n.º 92/2015 de maio

DATA DE ABERTURA: 04 junho 2015

DATA DE FECHO: 31 dezembro 2020

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20) poderá adotar a modalidade de Períodos Predefinidos para apresentação de candidaturas, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020 e nos termos do n.º1 do artigo 14.º da Portaria 92/2015, que define o regime de acesso aos apoios concedidos pelo Madeira 14-20.

Encontra-se reconhecido no texto do **Eixo Prioritário 12. – Assistência Técnica, Prioridade de Investimento “AT.1. – Assistência Técnica FEDER”**, a necessidade de assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20), bem como garantir um desempenho eficaz e eficiente das funções inerentes a uma eficaz implementação do mesmo.

No âmbito do objetivo específico estabelecido “Assegurar as condições necessárias e adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO” os objetivos descritos correspondem ao preenchimento de requisitos exigentes para a gestão do Programa que deve traduzir-se, nomeadamente, na garantia do cumprimento de um conjunto de critérios de análise e seleção de candidaturas que promovam o mérito dos projetos, orientados para a concretização bem sucedida de objetivos e metas fixados por Eixo Prioritário do Programa:

- Aprovação de projetos que contribuam para a concretização de resultados no âmbito das diferentes Prioridades de Investimento dos Eixos do Programa;
- Obtenção de uma reduzida taxa de erro nas auditorias efetuadas ao Programa;
- Obtenção de metas fixadas para a execução financeira do Programa;
- Obtenção de metas de resultado previstas por Objetivo Específico;
- Cumprimento dos objetivos e atribuições contratualizados (quando aplicável);
- Dinamização e disseminação de ações inovadoras que constituam "boas práticas".

2. Beneficiários

Entidades responsáveis pela gestão, acompanhamento, avaliação e controlo interno.

3. Tipologia de Intervenção e Ações

A tipologia de Intervenção e Ações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso, constam do anexo I referido no artigo 6.º da Portaria n.º 92/2015 e são as seguintes:

Tipologia de Intervenção: 77. Assistência Técnica

Ações: Assistência Técnica - Autoridade de Gestão

4. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria 92/2015.

5. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do n.º2, do artigo 13.º da Portaria n.º 92/2015.

6. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) afeta ao presente Aviso é de € 7.000.000 (nove milhões e quatrocentos e vinte mil euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 12.º da Portaria n.º92/2015.

7. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 4 de junho de 2015 e o dia 31 de dezembro de 2020.

8. Elegibilidade das candidaturas e das despesas a cofinanciar

8.1. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Portaria 92/2015, bem como declarar ou comprovar, se para tanto for notificado, que cumpre os critérios previstos no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº159/2014, de 27 de outubro.

8.2. Critérios de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm que demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso e tipologias de operações previstas no ponto 3 deste Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 9.º da Portaria n.º 92/2015.

8.3. Elegibilidade de despesas

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso e que respeitem o artigo 10.º e 11.º Portaria n.º 92/2015.

8.4. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

8.5. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

8.5.1. Documentos Relativos ao Beneficiário

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º;
- b) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;
- c) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- d) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito;

8.5.2. Documentos Relativos à Operação

- a) Memória descritiva da Operação (de acordo com modelo disponibilizado na plataforma eletrónica), que inclua os seguintes aspetos:
 - Enquadramento geral da operação;
 - Enquadramento da Operação no Madeira 14-20;
 - Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
 - Custos da operação e calendarização;
- b) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional para a realização da operação;
- c) Declaração que a operação não se encontra materialmente concluída ou totalmente executada;

- d) Identificação e apresentação dos Pareceres/Licenças e documentos relativos aos licenciamentos e autorizações prévias à realização das intervenções, quando aplicável, ou pedidos às entidades competentes, quando os mesmos não tenham ainda sido emitidos;
- e) Apresentação do Parecer ou do respetivo pedido de parecer à entidade que tutela o ambiente, para que fique evidenciado que o projeto cumpre todos os normativos em termos ambientais, nomeadamente, Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e Avaliação de Incidências Ambientais (InCA) ou declaração da autoridade competente de AIA que confirme que a operação não carece desta Avaliação;
- f) Declaração onde atestem que serão cumpridas as normas em matéria de mercados públicos;
- g) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- h) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;
- i) Apresentar informação precisa e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, os quais devem ser elaborados em observância com a metodologia definida no anexo I deste Aviso;
- j) Identificar de forma clara e objetiva o contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente Aviso;

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

9. Seleção das Candidaturas

As candidaturas apenas serão selecionadas para cofinanciamento do Madeira 14-20, no âmbito do presente Aviso, caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 10 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20 e caso exista dotação financeira disponível na respetiva Prioridade de Investimento, para cofinanciar a operação.

10. Apuramento do Mérito

10.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação, conforme quadro da página seguinte.

PARÂMETROS E PONDERAÇÕES A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

| Critérios de Seleção | Densificação dos Critérios (Subcritérios) | Parâmetros de Avaliação dos Subcritérios | Ponderação | |
|---|--|--|--------------|-----------|
| | | | Subcritérios | Critérios |
| a) Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário: | Neste critério será avaliado: a1) Adequação da operação aos objetivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário para cada PO; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 50% | 20% |
| | a2) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário para cada PO. | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 50% | |
| b) Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: | Neste critério será avaliado: b1) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 50% | 20% |
| | b2) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 50% | |
| c) Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade: | Neste critério será avaliado: c1) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | 15% |
| | c2) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | |
| | c3) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação. | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 40% | |
| d) Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados: | Neste critério será avaliado: d1) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ ou disseminação, às exigências regulamentares; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 60% | 15% |
| | d2) Contributo da operação para a identificação de boas práticas. | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 40% | |
| e) Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação: | Neste critério será avaliado: e1) Adequação dos meios envolvidos aos objetivos de divulgação e visibilidade dos Fundos; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | 15% |
| | e2) Coerência dos conteúdos da proposta ao Plano de Comunicação dos PO e da Estratégia de Comunicação do Portugal 2020; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | |
| | e3) Contributo das propostas para a transparência e facilitação do acesso à informação sobre a aplicação dos FEEL. | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 40% | |
| f) Grau de adequação das metodologias formativas face às necessidades das equipas: | Neste critério será avaliado: f1) Adequação dos conteúdos das propostas às necessidades das equipas; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 40% | 15% |
| | f2) Adequação das metodologias formativas face aos objetivos de capacitação das equipas; | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | |
| | f3) Adequação dos calendários e oportunidade da proposta. | Elevada: 5 pontos Média : 3 pontos Reduzida: 1 ponto | 30% | |

10.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

A classificação a atribuir a cada Critério de Seleção resulta da média aritmética da pontuação de cada parâmetro de avaliação, aplicando-se a essa média a ponderação do respetivo critério indicada do quadro anterior. A pontuação de cada parâmetro de avaliação é atribuída numa escala de números inteiros [1, 3 ou 5].

10.3 Classificação Final

A Classificação Final (**CF**) da operação é estabelecida por agregação das Classificações dos Critérios (C), através da seguinte fórmula:

$$CF = Pa * [(P_{a1} * C_{a1}) + (P_{a2} * C_{a2})] + Pb * [(P_{b1} * C_{b1}) + (P_{b2} * C_{b2})] + Pc * [(P_{c1} * C_{c1}) + (P_{c2} * C_{c2}) + (P_{c3} * C_{c3})] + Pd * [(P_{d1} * C_{d1}) + (P_{d2} * C_{d2})] + Pe * [(P_{e1} * C_{e1}) + (P_{e2} * C_{e2}) + (P_{e3} * C_{e3})] + Pf * [(P_{f1} * C_{f1}) + (P_{f2} * C_{f2}) + (P_{f3} * C_{f3})]$$

- Pa... Pf = Ponderação dos Critérios

- Pa1... Pf3 = Ponderação dos Subcritérios

- Ca1... Cf3 = Classificação dos Subcritérios

A Classificação Final será estabelecida com duas casas decimais.

11. Contratualização de resultados no âmbito da candidatura

Em caso de aprovação das candidaturas, serão contratualizados, em termos de metas a atingir, os seguintes indicadores, de acordo as características da operação:

| Designação dos indicadores | Unidade de Medida |
|--|-------------------|
| Cumprimento da Regra N+3 | % |
| Tempo Médio de aprovação do projeto (desde a candidatura até à assinatura do contrato) | N.º |

12. Indicadores de realização das operações

A concretização das operações deverá ser expressa nos seguintes indicadores de realização, a incluir em cada candidatura, de acordo com as características da operação:

| Designação dos indicadores | Unidade de Medida |
|---|-------------------|
| N.º de visitas anuais ao sítio internet do PO | N.º |
| Ações de acompanhamento | N.º |

| | |
|--|-----|
| Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT | ETI |
|--|-----|

13. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

14. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20 pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

15. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

16. Informações e esclarecimentos

Pedidos de informação ou de esclarecimentos podem ser efetuados através do site do Programa, [Madeira 14 20](#) ou dirigidos para:

Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM,
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr.srpf@gov-madeira.pt
telefone: + 351 291214000

Funchal, 4 de junho de 2015

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

Sílvio Costa